

## **A MÚSICA COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Roziane Soares do Nascimento<sup>1</sup>  
Cristine Roberta Piassetta Xavier<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como tema central a Música como uma ferramenta pedagógica na alfabetização de Jovens e Adultos, com a seguinte questão problematizadora: Como a Música pode contribuir como recurso pedagógico na alfabetização de Jovens e Adultos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? O objetivo foi investigar como a Música pode contribuir como recurso pedagógico na alfabetização de Jovens e Adultos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O estudo, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, aborda as percepções das práticas pedagógicas realizadas no Estágio da Educação de Jovens e Adultos obrigatório, do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), *Campus* Curitiba. Os instrumentos de coleta de dados foram: a observação participativa, o planejamento das ações do estágio, o plano de aula elaborado para a regência do estágio e a efetivação da regência. Para a fundamentação teórica houve a pesquisa bibliográfica sobre a temática; a pesquisa documental do projeto político pedagógico da escola campo. Diante de todo o processo de estágio, prático e teórico, foi possível compreender melhor o contexto escolar e verificar as propostas pedagógicas para a Educação de Jovens e Adultos. Como considerações, verificou-se a importância das observações das aulas, com o intuito de verificar e entender melhor como a Música está inserida na prática docente, buscando a contextualização do campo de estágio, o reconhecimento do sujeito e como possibilitar aos estudantes uma busca pela alfabetização de forma mais interessante, sendo presente o diálogo, a reflexão, a participação ativa dos estudantes e o respeito aos conhecimentos prévios deles, a partir das suas vivências, da prática social.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Música como recurso para a alfabetização; Música na alfabetização de jovens e adultos.

---

<sup>1</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR – *Campus* Curitiba. E-mail: [camposrosiane88@gmail.com](mailto:camposrosiane88@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) – *Campus* Curitiba. E-mail: [cristine.xavier@ifpr.edu.br](mailto:cristine.xavier@ifpr.edu.br)

## INTRODUÇÃO

Este relato foi elaborado por meio das vivências ocorridas no Estágio obrigatório, modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), componente curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), *Campus* Curitiba, realizado em uma Escola Municipal de Curitiba, período noturno, no 2º semestre de 2022.

Tem como tema a alfabetização na Educação Jovens e Adultos no ambiente escolar e a utilização da Música como recurso pedagógico, visando potencializar a aprendizagem. A EJA atende pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica. É uma modalidade de ensino que busca promover a inclusão social, o desenvolvimento pessoal e profissional desses indivíduos, oferecendo-lhes oportunidades de adquirir conhecimentos necessários para sua formação integral.

Atualmente, a sociedade passa por grandes e rápidas mudanças, impondo, por meio de legislações nacionais e internacionais, a necessidade cada vez maior de uma educação formal, para que os indivíduos possam participar plenamente do mundo do trabalho, da vida social e visem melhores condições, para poderem fortalecer a formação, buscarem melhores condições de inclusão na sociedade, maior consciência cidadã e de percepção de mundo

Percebemos alguns desafios na EJA, como a necessidade da formação de professores direcionada para esse público, de terem mais recursos didáticos nessa perspectiva, o que estimulou reflexões e o desenvolvimento desse relato, a fim de evidenciar a importância da EJA na formação do indivíduo como cidadão e as contribuições para seu crescimento pessoal e sua prática de vida.

Desse modo, a questão problematizadora deste estudo foi: Como a Música pode contribuir como recurso pedagógico na alfabetização de Jovens e Adultos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? E o objetivo desta pesquisa foi investigar como a Música pode contribuir como recurso pedagógico na alfabetização de Jovens e Adultos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Este trabalho foi organizado pela introdução; seguida da fundamentação teórica, onde se situa o sujeito da EJA; um breve percurso histórico da EJA; a Música como área de conhecimento e como recurso pedagógico na EJA, objeto deste estudo. Na metodologia consta o percurso metodológico realizado; nos resultados são apresentados dados levantados no decorrer do Estágio EJA e o diálogo com os

referenciais bibliográficos; e, nas considerações finais, as percepções no desenvolvimento da experiência.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para o embasamento teórico, nesta seção localiza-se o sujeito atendido pela EJA, houve a sistematização de um conciso percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos e breves apontamentos sobre a Música como área de conhecimento e como recurso pedagógico, com o intuito de estabelecer relações à EJA.

## **O SUJEITO E O DOCENTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a pessoas que não tiveram acesso à escolarização. Ela oferece oportunidades de alfabetização, conclusão do ensino fundamental e médio, além de promover a formação continuada dos estudantes. É uma importante formação para garantir a inclusão e a educação ao longo da vida. Neste estudo houve o recorte na EJA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A metodologia proposta por Paulo Freire, em respeito ao estudante, é o diálogo e o desenvolvimento crítico, questionador, criativo, que se fundamenta em dois princípios: a politicidade e o diálogo. A politicidade concebe a educação como problematizadora, que estimula o educando, através do diálogo, ao buscar soluções ao desenvolver seu senso crítico, “[...] o alfabetizando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade [...]” (Feitosa, 1999, p. 44). O diálogo é uma característica primordial na educação libertadora, pois é através dele que o debate acontece e o problema, a ser solucionado pelos estudantes, surge.

Segundo Freire (1997), a educação bancária torna o sujeito um indivíduo sem criticidade. Já a educação libertadora amplia a visão do mundo, intermediada pelo diálogo, com transmissão de informações, no sentido analítico, que leva o sujeito a produzir um senso crítico que ele entenda, compreenda, reivindique e consiga a conquista da mudança na sua vida, como almejado.

Na medida em que esta visão bancária anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade satisfaz ao interesse dos opressores: para estes o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu “humanitarismo”, e não humanismo,

está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade (Freire, 1997, p. 83).

Sendo assim, a EJA objetiva a formação dos sujeitos, fornecendo subsídios para que se afirmem como pessoas ativas, críticas e democráticas. A EJA busca desenvolver o processo de formação humana e social, respeitando a cultura, experiência e conhecimentos adquiridos ao longo da vida dos estudantes. Os perfis dos estudantes da EJA são diversificados, contemplando diferentes culturas que devem ser respeitadas. A construção do conhecimento do aluno ocorre quando ele compreende seu próprio universo e realiza um aprendizado para a vida toda. Conforme Soares (1985, p. 2), “[...] o educando passa a ser visto como sujeito sócio-histórico-cultural, com conhecimentos e experiências acumuladas”.

Nesse contexto, a EJA surgiu de ações da educação popular e, para Soek, Haracemiv e Stolz (2009), os sujeitos historicamente situados são pessoas que, por diferentes razões, não tiveram acesso à educação formal na idade adequada. Os alfabetizadores são os profissionais responsáveis por ensinar os adultos a ler e escrever, enquanto os alfabetizados são os adultos que estão aprendendo essas habilidades. Os sujeitos da EJA apresentam uma diversidade de marcas sociais, como idade, gênero, etnia, classe social e experiências de vida variadas.

Nessa perspectiva, Arroyo (2001 apud Soek; Haracemiv; Stolz, 2009. p. 22) afirma que discorrer sobre estudantes da EJA é "falar, sobretudo, do jovem adulto, trabalhador, pobre, negro, oprimido e excluído". Ao abordar sobre o estudante da EJA, é imprescindível considerar os seus problemas sociais, como afirmam Soek, Haracemiv e Stolz:

Essas pessoas são de origem humilde, as famílias geralmente são numerosas, vivem com sacrifício, com muito trabalho e pouco lazer. Se observarmos suas casas são, em geral, pequenas em relação ao espaço, frente ao número de pessoas que nelas residem, com poucos móveis e utensílios. Geralmente são pessoas que acordam cedo e dependem de ônibus coletivos ou bicicletas, isso quando não vão a pé para o trabalho, quando se tem o trabalho. Alguns levam almoço, na chamada marmita, outros sobrevivem com uma refeição diária, isto quando se tem comida (Soek; Haracemiv; Stolz, 2009, p. 23)

A desigualdade na distribuição de renda, a falta de oportunidades de emprego e capacitação profissional contribuem para a exclusão educacional de Jovens e Adultos, que chegam à escola com diferentes faixas etárias, culturas, visões de mundo e conhecimentos prévios. Ou seja, “muitos desses estudantes retomam a escola com

a esperança de melhorar suas formas de sobrevivência, a sua autoimagem e a estabilidade nos empregos". (Brasil, 2006, p. 4)

Os estudantes da EJA frequentemente enfrentam insegurança vinculada à sensação de incapacidade, derivada de experiências laborais desvalorizadas. Ao retornar à escola, carregam consigo essa insegurança, resultado de submissão a ordens, sem participação em decisões. Para amenizar tal insegurança, é crucial valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes, incorporando esses conhecimentos ao processo educativo. Mesmo sem domínio da escrita, adultos analfabetos compreendem seu impacto na linguagem, acumulando conhecimentos ao longo da vida. Dessa forma, propostas de alfabetização devem considerar essas experiências para promover uma educação mais inclusiva e eficaz.

## **ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

A linha temporal da Educação de Jovens e Adultos abrange diversas transformações ao longo da história. De acordo com de acordo com Soek, Haracemiv e Stoltz (2009), as primeiras iniciativas de alfabetização no Brasil ocorreram durante o período colonial, a partir de 1549, por meio dos Jesuítas. No entanto, esse modelo de educação, conhecido como "*Ratio Studiorum*", não priorizou os indígenas e os negros adultos. A Educação de Jovens e Adultos é garantida pela Constituição Brasileira de 1988, que estabelece que a educação é um direito de todos e deve ser oferecida gratuitamente, com qualidade e igualdade.

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, Art. 205). "I – Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (BRASIL, 1988, Art. 208). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações (Brasil, 1996).

Na década de 1920 surgiram os primeiros programas de educação para adultos em diversos países. Segundo Soek, Haracemiv e Stolz (2009), no ano de 1930, o Brasil passou por transformações industriais e reformas no setor público, levando a uma mudança na percepção da educação como uma ascensão social. Em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, liderado por Fernando Azevedo,

assinado por 25 membros da elite intelectual brasileira, denunciando e exigindo um plano científico para a execução da educação. Em consonância, a Constituição de 1934 (Brasil, 1934), no Art. 149, trouxe impactos significativos, instituiu a educação como um direito e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário gratuito, dizendo ainda que:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-las a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (Brasil, 1934)

Na década de 1930, com o Estado Novo e a Constituição de 1937, Art. 130, o ensino primário foi definido como obrigatório e gratuito, estabelecendo a Caixa Escolar para auxiliar os menos necessitados. O Art. 129 destacou o ensino pré-vocacional profissional como primeiro dever do Estado para as classes menos favorecidas (Brasil, 1937). Foi apenas nos anos 1940 que a educação de adultos se tornou uma prioridade na política educacional, evidenciando um comprometimento mais amplo com a inclusão educacional ao longo desse período. No Brasil, na década de 1940, surgem as Escolas Radiofônicas, que utilizavam o rádio como meio de ensino para os adultos, foi então que a Educação de Adultos se constitui tema de política educacional (Soek; Haracemiv; Stolz, 2009) e complementam que:

No recenseamento geral de 1940, a divulgação de que 55% dos brasileiros com mais de 18 anos não haviam sido alfabetizados, despertou o país para o combate nacional ao analfabetismo essa iniciativa ligada às campanhas de alfabetização proposta pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação a Ciências e a Cultura) aos países com grandes desigualdades sociais impulsionou o projeto de implantação de uma rede de ensino primário supletivo para adultos não alfabetizados no Brasil. (Soek; Haracemiv; Stolz, 2009, p. 8)

Na década de 1950 ocorreu o surgimento dos primeiros programas de Educação para Adultos no Paraná, visando atender à demanda de pessoas que não concluíram a educação básica.

Na década de 1960, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece o direito à educação ao longo da vida, surge o método Paulo Freire, um dos colaboradores da EJA. Paulo Freire, educador, escritor e filósofo pernambucano, que defende a educação democrática e libertadora: “[...] mundo do trabalho é um ensino emancipador para contribuir na formação de sujeitos que identifiquem os próprios

interesses e leiam o mundo e ajam nele, transformando-o.” (Freire, 2009, p. 13). Porém, em 1964, o então método Paulo Freire foi impedido pelo governo militar.

Na década de 1970 a EJA passa a ser regulamentada no estado, com a criação de escolas e cursos específicos para Jovens e Adultos. Com o regime militar, a EJA recebe maior atenção por meio de políticas públicas, ampliando o número de escolas e programas voltados para Jovens e Adultos. Nesse período são criadas as primeiras escolas noturnas para adultos, visando à alfabetização e ao acesso à educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1971 (Brasil, 1971), define a EJA como modalidade de ensino. Na década de 1980 houve a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1971 (BRASIL, 1971, p. 31), estabelece a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino. Na década de 1980, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Em 23 de novembro de 1985, o então Presidente José Sarney efetua a extinção do MOBRAL e estabelece a criação da Fundação "Educar" (Brasil, 1985, p. 325). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação para todos, independentemente da idade, a EJA ganha força como política pública, sendo reconhecida como um instrumento crucial na luta contra o analfabetismo e na promoção da cidadania.

Na década de 1990 a EJA é oficialmente incluída na legislação educacional brasileira, com vistas a garantir o acesso e a permanência dos Jovens e Adultos na escola. A EJA ganha maior visibilidade e importância, com a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão e valorização da educação de Jovens e Adultos. O então Presidente Fernando Collor de Mello extinguiu a Fundação “Educar”. E, ainda nessa década, foi instituído o Programa de Erradicação do Analfabetismo (PROFA), com foco na alfabetização de jovens e adultos. Nesse período, há um maior investimento em programas e projetos para a EJA, visando à redução do analfabetismo e à ampliação do acesso à educação. Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394 (Brasil, 1996), os jovens, adultos e idosos analfabetos passaram a ser objeto da legislação, com uma seção e dois artigos destinados a eles. O grupo foi inserido, assim, pela

primeira vez, no âmbito legislativo. Promulgou-se, através da Constituição de 1988, a ampliação do dever do Estado com a Educação de Jovens e Adultos.

Em 1997 surge a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é uma modalidade formal, assegurada na Constituição Federal. A EJA é direito de todo cidadão brasileiro que, por algum motivo, deixou de estudar em idade escolar e não completou seus estudos. A LDBEN (Brasil, 1996) trata da Educação de Jovens e Adultos no Título V, capítulo II, como modalidade da Educação Básica, superando sua dimensão de ensino supletivo. Regulamenta-se, dessa forma, sua oferta a todos os que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos em idade escolar, o artigo 37:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e ensino médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, Art. 38°. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (Brasil, 1996, p. 66).

Nos anos 2000, o Paraná desenvolveu projetos e programas inovadores na área da EJA, buscando formas alternativas de ensino e aprendizagem para atender às necessidades dos estudantes adultos. Em 10 de maio de 2000, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais para a EJA. Reconheceu-se, dessa forma, o valor da modalidade como direito, não mais sendo compensatória. A modalidade passou a possuir as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. Assim, conforme a LDBEN (Brasil, 1996), as resoluções CNE/CEB n.º 1 de 2000, o parecer CEB 11/2000 e o Art. 208, que compreende o dever do Estado com a Educação e suas modalidades, foi postulado que:

O parecer CNE/CBE n.º 11, 10 de maio de 2000, que esclarece aspectos da LDBEN, amplia o sentido EJA para além da escolarização devida como direito a todos os cidadãos, para assumir a concepção de educação continuada, que se faz ao longo da vida e contempla novos sentidos para a EJA pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora (Brasil, 2000, p. 9).

Com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, a EJA ganha maior destaque nas políticas educacionais. O PNE estabelece metas e diretrizes para a universalização da educação básica e o combate ao analfabetismo.

Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, para acabar com o analfabetismo em quatro anos do seu mandato.



Em 2006 foram realizadas algumas mudanças no programa Brasil Alfabetizado. Segundo Soek, Haracemiv e Stolz (2009), o programa passou por mudanças metodológicas e em recursos didáticos, impulsionando avanços na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Houve um progresso notável nas políticas educacionais, com expansão financeira e aumento nas matrículas. Segundo o Parecer 11/2000 CEB/CNE, a legislação educacional tornou-se mais complexa, exigindo normativas próprias dos estados e municípios, em conformidade à Constituição. Esta adaptação reflete um esforço conjunto para atender às demandas da EJA, delineando responsabilidades e esse esforço conjunto visa harmonizar e diferenciar normativas, evidenciando o envolvimento de estados e municípios para cumprir objetivos nacionais na implementação da EJA.

Nos anos 2010, a EJA passa a ser integrada ao Programa Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que visa à educação de jovens e adultos em diferentes faixas etárias. Também há um crescente reconhecimento da importância da EJA como uma forma de inclusão social e combate às desigualdades.

Nos anos 2020, período deste estudo, o estado do Paraná continua investindo na EJA, oferecendo oportunidades educacionais para que os jovens e adultos possam concluir seus estudos e obter um certificado de conclusão do ensino fundamental ou médio. A EJA busca proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade, adaptada às necessidades e realidades dos estudantes adultos.

## **A MÚSICA COMO ÁREA DE CONHECIMENTO E RECURSO PEDAGÓGICO NA EJA**

Com base em estudos sobre o ensino de Música, Swanwick (2003, p. 40) afirma que “a música não somente possui um papel na reprodução cultural e afirmação social, mas também potencial para promover o desenvolvimento individual, a renovação cultural, a evolução social e a mudança.”

Segundo Bréscia, a Música

é uma linguagem universal, tendo participado da história da humanidade desde as primeiras civilizações. Conforme dados antropológicos, as primeiras músicas seriam usadas em rituais, como: nascimento, casamento, morte, recuperação de doenças e fertilidade. Com o desenvolvimento das sociedades, a música também passou a ser utilizada em louvor a líderes, como a executada nas procissões reais do antigo Egito e na Suméria (2003 apud Chiarelli; Barreto, 2005, p. única).

De acordo com Priolli (1993), por meio da Música é possível expressar as diferentes emoções que estão em nossa alma, seja ela tristeza ou alegria, paz ou inquietude, amor. Um exemplo disso é colocar uma música melódica quando se está num dia triste, ou uma música alegre, empolgante, quando se está animado. E Priolli segue dizendo:

Música é a arte de manifestar os diversos afetos de nossa alma mediante o som e divide-se em três partes: melodia, harmonia e ritmo. Também é movimento, sentimento e consciência do espaço-tempo, ritmo; sons, silêncios e ruídos; estruturas que engendram formas vivas. Música é igualmente tensão e relaxamento, expectativa preenchida ou não, organizações e liberdade de abolir uma ordem escolhida; controle e acaso. (Priolli, 1993, p. 6).

Partindo desse pressuposto, é importante considerarmos a formação de docentes atuantes nessa modalidade. Uma vez que os educandos da EJA são jovens, adultos e idosos repletos de experiências e histórias de vida para compartilhar, devemos considerar uma formação docente específica, que saiba atuar e mediar as situações de aprendizagem, bem como metodologias, didáticas e conhecimentos coerentes com essa realidade.

Paulo Freire foi um dos pioneiros de uma concepção de educação que prioriza a libertação e a conscientização. Desse modo, a educação precisa formar um cidadão crítico capaz de transformar a sua realidade, superando os moldes opressores do sistema vigente. Ou seja, de acordo com Freire (1970, p. 58): “o importante é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se.”

Dessa forma, na EJA, a alfabetização deve ocorrer respeitando o conhecimento de mundo que os sujeitos dessa etapa já possuem, questão que pode ser trabalhada por meio da Música porque nela estão contidos valores simbólicos, históricos, políticos, culturais e pessoais que representam a individualidade e, muitas vezes, a coletividade oriunda de um determinado grupo social.

Assim posto, a Música, na perspectiva contextualizada, é capaz de provocar uma profunda identificação por parte do indivíduo, uma vez que ele enxerga a sua realidade impressa no papel ou cantada pelos alto-falantes do rádio e consegue se sentir parte do mundo e como fragmento de uma cultura. A partir desse momento, o indivíduo une forças para transformar a sua realidade.

No trabalho pedagógico, todo esse “efeito musical” pode ser obtido por meio do uso das palavras geradoras - palavras significativas e presentes no cotidiano dos estudantes - e podem ser encontradas nas letras das músicas. Para Freire (apud Soares, 2017, p. 16), “[...] só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido.”

Ademais, o trabalho com a Música permite conhecer de forma abrangente a infância dos sujeitos, o contexto social, as experiências regionais, as profissões, a cultura predominante, a relação com a família, as emoções e os sentimentos, viabilizando uma alfabetização mais significativa com vistas ao letramento.

A Lei n.º 9.394 (Brasil 1996) respalda a presença da Arte, incluindo a Música, na educação de Jovens e Adultos. Música é Arte e deve estar acessível a todos. Por isso, torna-se também possível o uso dela nas escolas, tornando o aprendizado mais leve e motivador. É importante salientar que a linguagem musical é um importante meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social (Brasil, 1998).

Por meio da Música, é possível focar na aprendizagem, desenvolvimento, emoção e afeto, além de ser lúdico e prazeroso. Assim sendo, a compreensão de musicalidade se dá, não como sendo sinônimo da execução específica de determinada música, nem tampouco como um “dom” musical dado ou presente de forma especial em alguns poucos, mas, sim, como uma forma de expressão humana de caráter universal, presente em todos e sujeita à lapidação; que ocorre, assim como a apropriação da fala, por meio das relações históricas e sociais do homem (Vigotski, 2008).

Para Romanelli (2009, p. 24-25), na escola “[...] a música é a linguagem da arte, [...] é uma possibilidade de estratégia de ensino, ou seja, uma ferramenta para auxiliar a aprendizagem de outras disciplinas”. A Música pode ser uma ferramenta muito eficaz na alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, existem diversas maneiras de utilizar a Música na alfabetização da EJA. Essa prática ajuda a desenvolver a consciência fonológica e a associação entre sons e letras, além de promover a socialização, as cantigas de roda podem auxiliar na fixação dos sons e das letras exemplo, uma música que siga a ordem do alfabeto, facilitando a identificação das letras.

É importante lembrar que a Música não deve ser o único recurso utilizado na alfabetização da EJA. Ela deve ser complementar às demais atividades estratégicas de ensino, como leitura de textos, escrita, jogos educativos e práticas de letramento. Ao utilizar a Música na alfabetização, é fundamental considerar as características e interesses dos alunos da EJA, buscando canções adequadas ao contexto e ao nível de aprendizagem de cada um.

Visto que o objetivo da EJA é desenvolver o processo de formação humana, social, ao respeitar a cultura, experiência e conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida como discentes, complementando com valores e saberes novos e saberes técnicos específicos. No entanto, na EJA, o público-alvo é composto por pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever na idade escolar convencional.

## **METODOLOGIA**

Este estudo partiu do Estágio EJA, componente curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR *Campus* Curitiba. Realizado no 2º semestre de 2022, no período noturno, em uma Escola Municipal de Curitiba, envolveu uma turma EJA Fase I multietapas, ou seja, com estudantes do 1º ao 5º ano, com idade entre 28 e 69 anos.

Esse processo investigativo seguiu a abordagem qualitativa, pois buscou compreender a complexidade e nuances de um determinado fenômeno social, ele se baseou na observação participativa, e as práticas pedagógicas que envolveram os momentos de regência, para compreender as perspectivas, experiências e significados atribuídos pelos participantes (Gil, 1999).

Nesta perspectiva, Gil (1999) menciona que a pesquisa qualitativa é subjetiva ao objeto de estudo, ergue-se sobre a dinâmica e abordagem do problema pesquisado, visa descrever e decodificar de forma interpretativa os componentes de um sistema complexo e a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo possibilita a abordagem do objeto da pesquisa em seu ambiente próprio, de acordo com Gil (2009, p. 53), a pesquisa de campo é "basicamente desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e também de entrevista com informantes, para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo".

Do tipo relato de experiência, essa pesquisa aponta as ações desenvolvidas no Estágio EJA e os instrumentos para coletar os dados envolveram a observação participativa na escola campo; o planejamento das regências, com orientação da orientação e supervisão do estágio; o plano de aula elaborado e as percepções da estudante de todo o processo, com a devolutiva dos estudantes EJA, para a interpretação e contextualização do processo investigativo.

## **O CAMPO DE PESQUISA E SEUS PARTICIPANTES**

O Estágio EJA foi realizado em duas etapas: observação participativa e regência. No período de observação participativa do Estágio EJA, foi possível verificar questões do espaço escolar, a logística da docente e dos estudantes, da prática pedagógica e estudos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Em relação aos espaços, observou-se que as salas de aulas estavam sempre muito bem organizadas, limpas e arejadas, a professora regente deixava os estudantes se sentarem onde se sentissem mais à vontade. A grande maioria dos estudantes iam para a escola após trabalharem durante o dia e chegavam na aula por volta das 18h30. A professora regente já conhecia cada estudante, seus horários e as suas aulas eram planejadas respeitando a individualidade de cada estudante.

A alimentação também era proporcionada aos estudantes. Os lanches entregues a eles eram muito bem elaborados, com a quantidade suficiente para cada um e, muitas vezes, eles levavam para casa o que não haviam consumido no intervalo das aulas.

Referente a rotina da turma, assim que chegavam, acomodavam-se em seus lugares e a professora regente escrevia no quadro a data, o nome da escola e também a disciplina ou o conteúdo que eles iriam trabalhar no dia. A professora distribuía as atividades seguindo o plano de aula elaborado antecipadamente. As atividades eram desenvolvidas por grau de conhecimento e fase. No primeiro horário a professora regente escrevia no quadro todas as atividades. O intervalo era feito conforme cada estudante sentisse a necessidade, por um período de 15 minutos.

Já no segundo horário, a professora regente passava de carteira em carteira acompanhando o desenvolvimento da atividade e, com isso, eles se sentiam mais seguros. A finalização das atividades era realizada com toda a turma participando, entre às 21h30 e 22 horas. No decorrer das aulas, a professora regente utilizou Música

como recurso metodológico em diferentes momentos, os estudantes se identificavam, interagiam e se evidenciavam como uma estratégia pedagógica acessível.

No que diz respeito aos espaços existentes na escola, são eles: salas de aula, sala de professores, sala de direção, secretaria escolar, biblioteca, cozinha, refeitório, um pátio amplo, quadra, sala de vídeo, computadores disponíveis no laboratório de informática e o Farol do Saber, sendo o último uma estrutura que se apresenta em algumas unidades escolares da cidade. Em relação aos recursos tecnológicos existentes na escola, foi possível verificar que é contemplada com televisão, vídeo e softwares leitores. A escola dispõe de acessibilidade física, como: rampas, banheiros adaptados, mobiliário adequado, materiais didáticos adaptados, com salas amplas, limpas, arejadas e com as atividades expostas nas paredes.

A EJA Fase I, denominação utilizada pelo município em questão, é composta pelos componentes curriculares obrigatórios, que integram as seguintes áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias; Arte, em suas diferentes linguagens: Cênicas, Plásticas e a Música; Educação Física; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias.

A educação possui uma função social permanente, onde todos educam e são educados, contribuindo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesta perspectiva, a escola deve se tornar um espaço de criação, valorizando a existência de diferentes culturas, despertando no estudante a curiosidade, a realização de pesquisa, a busca de ter prazer no aprender, no conhecer coisas novas, proporcionando igualdade de oportunidade e compensando as desigualdades sociais existentes na sociedade.

Nessa perspectiva, o período de regência foi elaborado com a contribuição da supervisora e do orientador do componente Estágio EJA. A ação envolveu as seguintes áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Arte. Teve como objetivos: Conhecer, valorizar e divulgar diferentes povos e culturas; valorizar as diversidades culturais; conhecer as histórias das copas anteriores; identificar através dos números a quantidade de jogos, jogadores e títulos.

A prática problematizadora da regência envolveu a conversa com a turma, perguntando e observando o que eles lembravam sobre as copas do mundo e os países participantes. Foi ressaltado para a turma que cada país tem sua cultura,

religiões e tradições, e em uma roda de conversa, instigaram-se os conhecimentos adquiridos por eles sobre as informações de jogadores.

À medida que os estudantes falavam, palavras foram listadas no quadro, com a contribuição deles. As perguntas norteadoras foram: - Vocês já viajaram para fora do país? Qual? - Quais países vocês consideram mais parecidos com o Brasil? - Sabem quantas copas do mundo o Brasil já ganhou? - Quantos jogadores são necessários para compor um time de futebol? Quantos países participam da Copa do Mundo? - Vocês conhecem a música desta Copa do Mundo? - Lembram de músicas de outras copas? Desse modo, foram abordadas questões que estimularam diferentes argumentações, cantarolavam músicas e, das questões, derivaram recordações que extrapolaram as práticas planejadas.

Foram apresentadas as músicas das copas anteriores aos estudantes, um deles, demonstrando o sentido de pertencimento, remeteu-se ao hino nacional. Ele comentou que só foi compreender o significado de algumas palavras do hino nacional após o ingresso na EJA, pois as considerava difíceis.

Sobre a música da Copa do Mundo de 2022, os estudantes comentaram que tinha gírias, algumas palavras que não eram conhecidas e, em meio a essas palavras, sinalizaram que havia palavras que começavam com a letra do nome delas. Ou seja, estabeleceram relações, ressaltaram sua identidade, reconheceram-se no processo. Destacaram a representação por meio da mascote do evento e citaram que ao vê-la, já se remetem à música, à Copa do Mundo. Os estudantes realizaram também atividades envolvendo palavras cruzadas e o registro do conteúdo abordado.

Por meio da regência, foi possível perceber vários pontos que poderiam ser melhorados, tanto através da prática, quanto pelas experiências das leituras que foram realizadas nos demais componentes curriculares da Licenciatura em Pedagogia, em andamento.

A professora regente deixou a temática da regência livre e a escolha foi sobre a Copa do Mundo, pelo período de realização e por já estarem realizando práticas pedagógicas nessa perspectiva. Foi por meio do tema abordado que houve a atenção em incentivar o compartilhamento do conhecimento e experiência de vida de cada estudante em questões culturais, ou melhor, o que já conheciam da cultura de cada país que estava participando da Copa. Iniciou-se a aula com uma roda de conversa para eles se sentirem bem à vontade e trazer a segurança para cada um falar sobre

o que conheciam e, inclusive, as dúvidas sobre os países que estavam participando da Copa do Mundo.

Durante a conversa informal, os estudantes prestaram muita atenção no que cada colega falava, quando eram feitas perguntas para eles relacionadas aos países, aos jogadores e até mesmo às vitórias que o Brasil já conquistou, eles respondiam com alegria. Quando foram distribuídas as atividades, os estudantes fizeram com segurança e tranquilidade, pois estavam ambientalizados com o conteúdo.

Com a aula ministrada no Estágio EJA, como docentes, verificamos o quanto precisamos cada vez mais buscar uma educação de qualidade para essas pessoas em condições especiais, a ampliação de conhecimento acadêmico e o conhecimento de histórias de vida.

A prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser adaptada às necessidades e características desse público, valorizando suas experiências e conhecimentos prévios, promovendo a participação ativa dos estudantes, oferecendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. É importante utilizar metodologias e recursos que facilitem a compreensão dos conteúdos, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada estudante. Além disso, é fundamental estabelecer uma relação de confiança e respeito mútuo entre docente e estudantes.

É necessário identificar algumas características dos sujeitos. A aprendizagem escolar ganha sentido ao possibilitar novas formas de compreensão da realidade, estimulando a inserção no mundo social, político, econômico e do trabalho. A utilização de recursos tecnológicos na escola é necessária para apoiar professores e estudantes em diversas situações de aprendizagem, estimulando o interesse dos estudantes e preparando-os para serem críticos na vida acadêmica e social.

Uma ferramenta muito importante que pode ser utilizada na prática pedagógica é a ludicidade. Para o adulto o lúdico não precisa ser um brinquedo, mas a utilização de recursos ou situações que estimulam o prazer em participar e, com o incentivo, com o sentimento de pertencimento, conseguem outras formas de interpretação, de compreensão e apreensão do conhecimento.

A EJA busca promover a reintegração no sistema educacional de trabalhadores e outros grupos da sociedade, como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados, que tiveram sua escolaridade interrompida, por diversos motivos. A EJA não se limita à alfabetização, mas incentiva o desenvolvimento de habilidades e



conhecimentos adquiridos por meio de experiências extracurriculares. Além disso, a inclusão dos idosos é importante devido ao aumento da expectativa de vida e ao valor que eles têm para a família e sociedade. “A aprendizagem ao longo da vida é essencial na sociedade atual e a EJA desempenha um papel qualificador, não apenas para o trabalho, mas também na descoberta de talentos e vocações pessoais”. (Brasil, 2000, p. 11)

Na EJA é importante usar ferramentas tecnológicas como fonte de apoio e inovação nas aulas, apresentando novidades em cada contexto pedagógico, ajudando a desenvolver e descobrir a potencialidade de cada pessoa e ao processo de ensino-aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Música é algo presente em nós, desde nossas próprias necessidades biológicas aos nossos ritmos de trabalho e aprendizados; cada um possui seu ritmo próprio, assim como o timbre de voz, são milhões de pessoas no mundo, contudo, os timbres são únicos. Partindo dessa premissa, a questão problematizadora deste estudo foi: Como a Música pode contribuir para o recurso pedagógico na alfabetização de Jovens e Adultos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? E o objetivo foi investigar a Música para a contribuição e o uso do recurso pedagógico na alfabetização de Jovens e Adultos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No processo de realização do estágio EJA ocorreram diferentes práticas pedagógicas utilizando a Música como recurso pedagógico e, pelo envolvimento de estudantes EJA, por se identificarem com o repertório trabalhado, estabeleceram relações, apropriaram-se dos conteúdos e de forma mais prazerosa.

A realização do componente curricular no Estágio da EJA do Curso de Licenciatura em Pedagogia, o desenvolvimento deste trabalho foi enriquecedor, pois conferiu à prática profissional experiências, oportunidades, autonomia e o desejo de pesquisar e saber mais. Após ter realizado este projeto, foi possível compreender que devemos constantemente pesquisar e refletir sobre as nossas ações, sabendo que ele é norteador e podemos mudar o nosso plano de intervenção, no sentido de melhorar a prática pedagógica, obter melhores resultados, adaptarmo-nos aos estudantes e às suas necessidades.

No desenvolvimento do estágio, das práticas pedagógicas, ressaltaram quesitos essenciais para o exercício da docência, como: o planejamento, a diversificação de estratégias e o envolvimento entre as pessoas para a construção do conhecimento. Destacamos a importância da autonomia dos professores para, mediante um tema, planejarem práticas diferentes, motivadoras, dinâmicas que tenham como foco a aprendizagem por parte dos estudantes e a sua motivação, pois, se os estudantes, ao se sentirem motivados, ampliam a apropriação do conhecimento. Desse modo, evidenciou-se a importância de estudar, ou melhor, pesquisar, investigar e compreender conceitos, que nos ajudarão à adoção, à adaptação de práticas que potencializam no ambiente escolar, como é o caso da música.

A inclusão da Música no currículo da EJA pode trazer diversos benefícios para os estudantes. A Música é uma forma de expressão cultural e artística que pode ser utilizada como ferramenta pedagógica para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, inclusive na EJA, pois estimula a criatividade e expressão, contribui para o desenvolvimento cognitivo; é um estímulo à alfabetização; e, com a sua utilização, há uma valorização cultural e histórica.

Destacamos a necessidade de os docentes selecionarem músicas que se relacionem ao assunto/conteúdo de sua aula, apresentá-las à turma e convidar às estudantes para cantar, pois existem muitas canções que podem contextualizar as diferentes temáticas que envolvem o ensino e a aprendizagem, ou seja, a Música é uma importante ferramenta pedagógica para as diferentes áreas do conhecimento.

Com o avanço das novas tecnologias, a ampliação das redes sociais, como, por exemplo, o YouTube, podem ser encontradas as mais variadas canções, bem como, paródias prontas sobre distintos conceitos e/ou conteúdos, das diversas áreas do conhecimento.

Foi possível perceber a influência da expressão musical no processo ensino-aprendizagem e este estudo é um ponto de partida para o levantamento de sugestões, críticas e posicionamentos, pois o importante é que novos estudos, pesquisas e novas análises sejam feitas sobre o tema, a fim de que aumente o número de registros sobre o caso, principalmente voltados para EJA.

Trabalhar a afetividade na educação de jovens e adultos é importante porque ajuda a criar um ambiente acolhedor, promove o desenvolvimento emocional dos alunos, fortalece os vínculos entre eles e o docente, contribui para o engajamento e o sucesso escolar. Foi por entender essa importância que trouxe o tema da música

como ferramenta pedagógica, especialmente por minha proximidade com o público da EJA, inspirada pela trajetória de vida de minha mãe. Ela, uma mulher semianalfabeta, cuja única habilidade de escrita era seu próprio nome, enfrentou as dificuldades da exclusão social, cultural e profissional ao trabalhar desde cedo como empregada doméstica para criar seus filhos. Essa experiência pessoal me permitiu compreender de forma mais profunda as necessidades, desafios e potenciais dos estudantes da EJA, e assim, integrar esses conhecimentos em minha prática pedagógica para promover uma educação mais inclusiva, valorizando o desenvolvimento integral dos alunos.

Hoje, por meio da oportunidade que a EJA oferece em uma escola próxima a nossa residência, minha mãe faz parte desse quadro de adultos que pode retornar ao ambiente escolar para aprender a ler e escrever, tendo a possibilidade de ler os recados e cartinhas dos netos; a bíblia, que para ela é uma das metas mais almejada; e suas receitas, que faz com que ela se sinta valorizada como ser humano.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 8 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 26 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos: Segundo Segmento do Ensino Fundamental, 5º a 8º séries. Volume 3: Artes**. Brasília, 2002. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bas\\_es\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf) Acesso em: 18 nov. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm). Acesso em: 15 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. Diretrizes EJA. **Resolução n.º 01/2021 de 25 de maio de 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/DiretrizesEJA>. Acesso em: 18 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **CNE/CEB n.º 1, de 28 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma Concepção Popular de Educação**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <[www.acervo.paulofreire.org/jspui/bistream?PF\\_PTPF\\_07\\_2004](http://www.acervo.paulofreire.org/jspui/bistream?PF_PTPF_07_2004)>. Acesso em: 27 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.  
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARACEMIV, Sônia Maria Chaves; SOEK, Ana Maria; STOLTZ, Tânia. **Mediação pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos**. 1.ed. Paraná (PR): Positivo, 2009.

PAIVA, VP apud HARACEMIV, Sônia Maria Chaves; SOEK, Ana Maria; STOLTZ, Tânia. **Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos**. 1.ed. Curitiba: Positivo, 2009.

ROMANELLI, Guilherme. **Como a música conversa com as outras áreas do Conhecimento**. Revista Aprendizagem, Pinhais, n.14, p.24-25, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 9 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1978.

SOARES, Leôncio José Gomes. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). Educação

de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/paulo-freire.htm>. Acesso em: 26 out. 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Maura Aparecida; RUBIO, Juliana de Alcântara. **A Utilização da Música no Processo de Alfabetização**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, V. 3, N.1, 2012. Disponível em: <https://portal.issn.org/resource/ISSN/2177-7748>. Acesso em: 30 out. 2023.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora Inter Saberes, 2012.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Pensamento e Linguagem**. 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.